

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Porantim

Class.: \_\_\_\_\_

Data: 08/82

Pg.: \_\_\_\_\_

**Funai não garante terra de Hã-Hã-Hãe**

**O**s índios **Hã-Hã-Hãe**, que retomaram suas terras no último mês de abril, ocupando, com o auxílio da Funai, a Fazenda São Lucas, no município baiano de Pau-Brasil (ver **Porantim** nº 40/41, pág. 8) poderão ser novamente expulsos de seu território. Os articuladores da investida são os 220 grileiros instalados na região, grandes produtores de cacau e criadores de gado, que contam com o apoio de parlamentares do PDS, como os deputados Angelo Magalhães (irmão do governador da Bahia), Henrique Brito e José Amorim e o Senador Leur Lomanto, além de Pedro leite, presidente do Sindicato Rural de Pau-Brasil.

O alerta foi dado pelos missionários da Pastoral Indigenista da Diocese de Caravelas e da Coordenação do Cimi-Lestê, em nota divulgada dia 18 de junho. Os missionários, que haviam estado na Fazenda São Lucas, constataram que a fazenda estava guardada apenas por uma enfermeira da Funai (Dona Gilsa) e por dois agentes da Polícia Federal, "que se negaram a fornecer qualquer informação sobre a atual situação da área e não permitiram nenhum contato nosso com os índios".

"Esta situação - diz a nota - contrasta com a que verificamos em maio, quando os índios ha-

viam ocupado a fazenda São Lucas e vários funcionários da Funai e um forte contingente da Polícia Federal davam proteção aos **Hã-Hã-Hãe**. Retirar seus funcionários e a Polícia Federal neste momento em que aumentam as pressões dos fazendeiros para a expulsão dos índios, inclusive com o iminente uso da violência, nos pareceu um recuo da Funai".

"Na realidade - continua o documento - a Funai está cedendo às pressões dos fazendeiros e políticos e já circula na região que o prefeito de Pau-Brasil recebeu do Governo da Bahia a certeza de que as terras voltarão para o domínio dos fazendeiros e os índios serão transferidos para outra área, provavelmente para a Fazenda Guarani, onde estavam antes confinados".

"Os índios **Hã-Hã-Hãe** - conclui a nota - são os legítimos donos de uma área de 36 mil hectares, demarcada em 1927 e protegida por Lei gislação Constitucional, posteriormente invadida com violência por fazendeiros com a conivência do SPI. Uma nova expulsão de suas terras pode ocorrer a qualquer momento, já que as decisões estão sendo tomadas às escondidas. Desta vez será de exclusiva responsabilidade da Funai, do Ministério do Interior e do Governo da Bahia o esbulho das terras e as conseqüências desse crime contra o povo **Hã-Hã-Hãe**.